

Grande ABC tem 2.514 ações de despejo ou reintegração em 5 anos

Região tem aumento em casos de reintegração de posse ou despejo



ALVO. A casa de José Rogério de Jesus, na comunidade da Vila da Paz, antigo Lixão do Alvarenga, foi estelada para ser derrubada pela Prefeitura de São Bernardo

Cresce a quantidade de proprietários que vão à Justiça para reassumir o controle de imóvel; São Bernardo lidera ranking

O número de ações de despejo ou reintegração de posse de imóveis que devem entrar na Justiça no Grande ABC registrou alta de 9,4% nos últimos cinco anos. Os casos saltaram de 478 em 2019 para 523 em 2023. No período, as sete cidades acumularam 2.514 processos. Os dados são do TJ-SP (Tribunal de Justiça de São Paulo), que fez o levantamento a pedido do Diário. São Bernardo é o município com mais demandas (861), seguido por Santo André (664), Diadema (356), Mauá (275), São Caetano (196), Ribeirão Pires (119) e Rio Grande da Serra (43). As ações se referem a áreas públicas e privadas. O episódio mais emblemático na região envolveu o sítio-bernardense Projeto Meninos e Meninas de Rua. Após 30 anos prestado serviço social, o programa teve a posse da sede, na Rua Heróstrato, no Centro, questionada pela Prefeitura, que venceu a ação nos tribunais.

Grande ABC tem 2.514 ações de despejo ou reintegração em 5 anos

De 2019 a 2023, região registrou aumento de 9,4% no número de casos, passando de 478 para 523; Diário relembra episódios de destaque

RENAN SOARES
renansoares@gigabc.com.br

Em cinco anos, a região registrou 2.514 ações relacionadas a despejo ou reintegração de posse, segundo dados apurados pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, a pedido do Diário. De 2019 até 30 de novembro deste ano, foram protocolados no Grande ABC um total de 779 processos de despejo – desconsiderando os oriundos de contratos de locação –, e 1.735 relativos à reintegração ou manutenção de posse.

De 2019 a 2023, a região registrou aumento de 9,4% no número de ações, passando de 478 para 523. São Bernardo é a cidade do Grande ABC que mais registrou processos no período, com 861, seguida por Santo André (664), Diadema (356), Mauá (275), São Caetano (196), Ribeirão Pires (119) e Rio Grande da Serra (43), sendo que os números equivalem a espaços públicos e privados.

Conforme explica o advogado Marcos Poliszczuk, sócio-fundador do Poliszczuk Advogados, os despejos e reintegrações de posse têm processos e tramitações diferentes. “A reintegração de posse acontece ao ter uma propriedade que alguém ‘invade’ – usando o termo popular – contra vontade, e neste caso utiliza-se essa ação, já que infringe o direito de exercer a posse do imóvel”, explica o advogado. Neste caso, o proprietário tem de provar que a ocupação foi feita sem sua autorização.

No caso das ações de despejo, o dono tem a posse de um imóvel, mas cede por meio de uma relação, normalmente contratual, a um terceiro. Neste caso, a ação acontece normalmente por conta da falta do cumprimento de algum item anteriormente acertado, sendo um processo mais simples.

DESPEJO
Um dos casos de maior re-



VILA DA PAZ. Moradores da comunidade, antigo Lixão do Alvarenga, têm sofrido com despejos e derrubada de imóveis até na madrugada



KIBON. Local teve confusões e correria em reintegração de posse em 2022



MENINOS E MENINAS. Incerteza ronda permanência de projeto

perção no Grande ABC foi o despejo do Projeto Meninos e Meninas de Rua, em julho deste ano, após validação da Justiça de um pedido da Prefeitura de São Bernardo para desapropriar o espaço que atende há mais de 30 anos crianças e adolescentes no município, na Rua Jurubatuba, no Centro. O coordenador geral do programa, Marco Antônio Silva, conhecido como Markinhos, afirma que o projeto vive um momento de incerteza, pois ainda não pode planejar o próximo ano, devido ao medo de perder a sua sede.

“O projeto acredita na Justiça. Que possamos manter a entidade aberta, pois isso seria bom para as crianças e

adolescentes, para a Prefeitura e para o nosso projeto, que é uma referência na contribuição para a democracia e justiça social”, diz Markinhos. No último mês, o ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, Silvano Almeida, participou de audiência pública realizada na sede do programa, e afirmou que irá levar a situação de despejo da entidade ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Também em São Bernardo, moradores da comunidade da Vila da Paz, antigo Lixão do Alvarenga, têm sofrido com despejos e derrubada de imóveis. Uma das operações ocorreu na madrugada do dia 1º de agosto,

quando cerca de 16 moradias foram retiradas. Nesta ação, os moradores resistiram contra a investida da Prefeitura e fizeram barricadas para impedir a operação. Além disso, a comunidade realizou manifestação para chamar a atenção das autoridades sobre o caso. Antes dessa ação, em 25 de ju-

lho, a administração já havia retirado do local 14 famílias.

Segundo José Rogério de Jesus, 43 anos, foi solicitada sua saída do imóvel pelo Paço em até 10 dias. Conforme explica o município, os moradores das casas marcadas com um X branco na frente teriam o mesmo tem-

po que ele, já as marcações vermelhas teriam que se retirar até o dia seguinte. “Temo que minha casa seja destruída, mas vou fazer o quê? Se estou vivendo aqui, é porque não tenho para onde ir. Tinha dia que a Prefeitura vinha até de madrugada, sorte que conseguimos barrar novas ações com auxílio de um advogado”, afirma o morador, que vive sozinho no local há um ano.

O Diário esteve na Vila da Paz e constatou que diversos imóveis ainda têm a marca na entrada, incluindo as vermelhas. É possível ver também locais onde barracos foram derrubados. A Prefeitura de São Bernardo não respondeu os questionamentos do Diário.

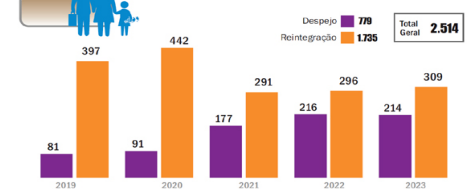
REINTEGRAÇÃO

Em novembro de 2022, protesto contra a reintegração de posse de área situada na Avenida Valentim Magalhães, comunidade da Kibon, em Santo André, foi marcado por tumulto. O terreno privado pertencia à empresa Sanei Santi, do setor imobiliário, que realizou o pedido de reintegração da área ocupada. Após barricadas de pneus queimados e tentativa de impedir a passagem dos agentes, os moradores retiraram seus pertences e a ordem judicial foi cumprida. Pouco mais de 50 pessoas viviam no lugar.

Procurada pela reportagem na época, a Prefeitura de Santo André informou que se tratava de uma área particular que o proprietário, assim que soube da invasão, entrou imediatamente com processo de reintegração de posse, julgado procedente. “Por ser uma área particular, a Prefeitura não possui nenhum poder de ação no caso”, afirmou o Paço.



OS NÚMEROS EM CINCO ANOS



Fonte: Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Atualizado: 10/12/2023

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Setecidades **Página:** 1